

**O TURISMO NOS PROCESSOS DE INTERVENÇÕES URBANAS: O CASO DA PEQUENA ÁFRICA (RJ)\***

Débora Anízio Rios\* &amp; Maria Amália Silva Alves de Oliveira\*\*

**Resumo**

O artigo promove uma análise dos dez anos da implementação do projeto Porto Maravilha na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro (Brasil). Retomando projetos anteriores, o artigo descreve o território em questão a partir de distintos modelos de intervenção urbana apresentando o espaço em tela como alvo de disputas. Em tal cenário, memórias subterrâneas e narrativas de resistências conferem possibilidades de reflexão acerca da função social do turismo, uma vez que bens reconhecidos enquanto símbolos da diáspora africana na região, como o sítio arqueológico do Cais do Valongo desafiam o silenciamento e tensionam as estruturas sociais para uma nova consciência coletiva sobre herança, ancestralidade e identidade brasileira.

**Palavras-chave:** Porto Maravilha; Cais do Valongo; Patrimônio; Memória; Turismo.

**TOURISM IN URBAN INTERVENTION PROCESSES: THE CASE OF LITTLE AFRICA (RJ)****Abstract**

The article promotes an analysis of the ten years of implementation of the *Porto Maravilha* [Marvelous Port] project in the port area of the city of Rio de Janeiro (Brazil). Returning to previous projects, the article describes the territory in question from different models of urban intervention, presenting the space in question as a target of disputes. In this scenario, subterranean memories and narratives of resistance provide possibilities for reflection about the social function of tourism, since assets recognized as symbols of the African diaspora in the region, such as the archaeological site of Cais do Valongo, challenge silencing and tension social structures towards a new collective consciousness about heritage, ancestry and Brazilian identity.

**Keywords:** Porto Maravilha; Valongo Wharf; Heritage; Memory; Tourism.

**EL TURISMO EN LOS PROCESOS DE INTERVENCIÓN URBANA: EL CASO DE LA PEQUEÑA ÁFRICA (RJ)****Resumen**

El artículo promueve un análisis de los diez años de ejecución del proyecto Porto Maravilha en la zona portuaria de la ciudad de Rio de Janeiro (Brasil). Retomando proyectos anteriores, el artículo describe el territorio en cuestión a partir de diferentes modelos de intervención urbana, presentando el espacio en cuestión como objeto de disputas. En este escenario, las memorias subterráneas y las narrativas de resistencia ofrecen posibilidades de reflexión sobre la función social del turismo, ya que los bienes reconocidos como símbolos de la diáspora africana en la región, como el sitio arqueológico de Cais do Valongo, desafían el silenciamiento y tensionan las estructuras sociales hacia una nueva conciencia colectiva sobre el patrimonio, la ancestralidad y la identidad brasileña.

**Palabras clave:** Porto Maravilha; Cais do Valongo; Patrimônio; Memoria; Turismo.

**1 INTRODUÇÃO**

O projeto Porto Maravilha foi uma política pública de intervenção urbana na zona portuária do Rio de Janeiro, que, em 2021, completou dez anos. As ações ligadas a proposta culminaram em desdobramentos para o território, que possibilitam reflexões interdisciplinares sobre seu impacto no espaço, na relação da região com a cidade e outros aspectos socioespaciais. A ligação intrínseca do programa com os megaeventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil, em especial, os Jogos Olímpicos de Verão em 2016, favorecem análises

acerca do papel das políticas culturais, tais como de preservação do patrimônio e construção de equipamentos culturais, e de como essas estavam alinhadas a estratégias visando o reposicionamento imagético da cidade.

O turismo, nesse aspecto, se revelou fenômeno fundamental para o alcance desse objetivo, visto que o aumento do deslocamento e fluxo de pessoas para atender o megaevento possibilitaria uma exposição massiva dos resultados do projeto a níveis internacionais, potencializando a atratividade da cidade para investimentos (Malta, 2017).



Licenciada por Creative Commons 4.0 / Internacional  
CC BY 4.0

\* Versão traduzida em português do texto originalmente publicado na revista russa *Service and Tourism: Current Challenges*, cf.: Rios, D. A. & Oliveira, M. A. S. A. (2022). Tourism in the process of urban interventions: the case of Little Africa, in Rio de Janeiro. *Sovremennye problemy servisa i turizma [Service and Tourism: Current Challenges]*, 16(2), 119–130. doi: 10.24412/1995-0411-2022-2-119-130. Texto convidado (avaliações e revisões feitas na versão em inglês).

\*\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado em Memória Social/UNIRIO (2020). MBE (Master Business Environment) em Turismo, Economia, Gestão e Cultura/UFRJ (2017), Especialização em Sociologia, Política e Cultural/PUC-RJ (2014). Bacharel em Turismo/ UVA (2013). Professora substituta no curso de Hotelaria/UFRRJ desde 2021. CV: <http://lattes.cnpq.br/0287264733739492> [ [deboraa.rios@yahoo.com.br](mailto:deboraa.rios@yahoo.com.br) ].

\*\*\* Doutorado em Antropologia/UFRJ (2012). Mestrado em Antropologia/UFRJ (2004). Graduação em Ciências Sociais/UFRJ (2002). Graduação em Turismo/Unesa (1993). Professora Associada do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. CV: <http://lattes.cnpq.br/6526337310731511> [ [maria.oliveira@unirio.br](mailto:maria.oliveira@unirio.br) ].

Contudo, a intervenção não se deu de forma linear, e no decorrer do processo se deram outros desdobramentos, que foram responsáveis por conectar o porto do Rio de Janeiro a outros lugares do mundo a partir de bens culturais alçados a patrimônio representativos da presença africana na região.

No bojo desses acontecimentos está a emergência do território simbólico da “Pequena África”, denominação que denota o conjunto desses bens culturais e ancora as narrativas sobre a diáspora<sup>1</sup> africana nos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Central nesse desenrolar está o sítio arqueológico do Cais do Valongo, que teve suas ruínas desterradas no ano de 2011, no âmbito dos trabalhos de intervenção no solo pelo projeto Porto Maravilha.

Desde então, distintos grupos sociais se voltaram para o referido espaço reivindicando o direito à memória, ao reposicionamento de identidades e reconhecimento dos desdobramentos do processo de escravização no âmbito da cultura brasileira, visto que no cais teriam desembarcado um dos maiores fluxos de africanos cativos no século XIX.

Assim, uma vez reconhecido enquanto Patrimônio da Humanidade, em 2017, pela Unesco, o lugar tem se destacado enquanto símbolo maior da memória ligada ao regime que escravizou milhões de pessoas pretas no Brasil.

A visibilidade possibilitada pelo cais potencializou a Pequena África à condição de lugar turístico, atraindo turistas e visitantes que para lá se dirigem. Assim, em função da visibilidade que tiveram ao longo desses anos, pode-se dizer que a zona portuária é uma região onde estão destacados dois territórios.

De um lado o Boulevard Olímpico, com equipamentos culturais, novos e restaurados, representativos da narrativa oficial; do outro a Pequena África, com um conjunto de bens culturais, que, embora reconhecidos internacionalmente, carecem de políticas públicas estruturadas para sua continuidade<sup>2</sup>.

Assim, o objetivo do presente artigo reside na produção de uma análise dos dez anos do projeto Porto Maravilha, detendo-nos nos desdobramentos que possibilitaram a rememoração de patrimônios ligados a diáspora africana, e a partir de que aspectos tem se desenvolvido a atividade turística nesse território em relação ao Boulevard Olímpico.

No que tange a metodologia de pesquisa que subsidiou a elaboração da presente reflexão, cabe destacar que o trabalho se apoia no material de

pesquisa coletados para produção de tese da primeira autora, e do projeto de pesquisa da segunda autora. Nele constam revisões bibliográficas, análises documentais e relatos de trabalho de campo, empreendido no ano de 2021, no qual fizeram parte a participação em guiamentos turísticos pela Pequena África, e em audiências públicas realizados por entidades, como o Ministério Público Federal.

Inicialmente será abordada uma breve trajetória do porto do Rio de Janeiro, pois considera-se que a sua conformação e a de suas intervenções, são resultado dos contextos históricos, sociais e políticos que se relacionam com experiências globais, principalmente no que tange ao olhar sobre as cidades como empreendimentos de um mercado competitivo.

Em seguida, será discutida a emergência de narrativas contra hegemônicas, a partir do sítio arqueológico do Cais do Valongo, e como a articulação em torno desse lugar possibilitou novos desdobramentos para o território, destacando as disputas e controvérsias em relação as políticas públicas para sua salvaguarda.

E, por fim, levantaremos aspectos característicos do turismo no território, ligados à diáspora, à educação e à cultura, juntamente com as possibilidades e, também, limitações das ações no território, que sugerem ampliação do olhar sobre a região e novas estratégias para sua preservação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Zona Portuária e Modelos de Intervenção Urbana

Fundada em março de 1565, por Estácio de Sá, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi tomada pelos portugueses como um porto natural, graças as águas calmas características de sua baía, que a faziam ser um excelente atracadouro.

Posteriormente, com a descoberta do ouro nas Minas Gerais no século XVIII, transformou-se no principal porto comercial dentre as colônias de exploração portuguesa (Turazzi, 2016). Tais conformações foram responsáveis por dinamizar a cidade e ampliar a sua relevância para Coroa portuguesa, visto que, como consequência de seu crescimento econômico, a monarquia conquistava vantagens competitivas, e, assim, o Rio de Janeiro foi nomeado capital da colônia portuguesa em 1763.

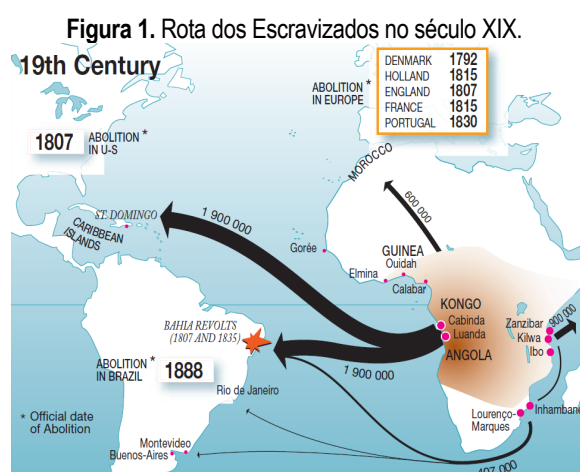
<sup>1</sup> Segundo Hall (2013) na diáspora as identidades se tomam múltiplas. Em sua reflexão sobre identidade e diáspora no Caribe afirmou: “Existem as semelhanças com as outras populações ditas de minoria étnica, identidades ‘britânicas negras’ emergentes, a identificação com os locais dos assentamentos, também as reidentificações simbólicas com as culturas ‘africanas’ e, mais

recentemente, com as ‘afro-americanas’ – todas tentando cavas um lugar junto, digamos, à sua ‘barbadianidade’.” (Hall, 2013, p. 29).

<sup>2</sup> Não se pretende aqui traçar uma dicotomia entre os dois espaços simbólicos, mas utilizá-los enquanto categorias de análise, sendo um recorte que se deu a partir do trabalho de campo empreendido na região.

O século XIX, foi marcado pelo crescimento populacional da cidade tendo como fato desencadeador a fuga da família real para o Rio de Janeiro, em função da ameaça de invasão francesa a Portugal. Os anos que se seguiram foram marcados por intensas relações comerciais, principalmente com a Inglaterra, fato que mobilizou a estrutura social brasileira, que necessitava cada vez mais de mão-de-obra para manutenção da produtividade nas lavouras e para extração de minérios (Lenzi & Santos, 2005).

Nesse sentido, a força de trabalho escravizada passou a ser demandada atingindo seu pico na terceira década do século XIX. Inaugurado no final do século XVIII, o Cais do Valongo passou a ser um dos principais portos de chegada, bem como todo o litoral que compreendem os bairros portuários no presente.



Fonte: UNESCO, 2008.

Após a instauração da República, em 1889, o Rio de Janeiro era considerado pela elite no poder como uma sociedade de características coloniais, em um mundo em pleno desenvolvimento industrial (Lenzi & Santos, 2005). Nesse sentido, uma série de planos foram elaborados para otimização dos trâmites portuários, visto que ao fim do século XIX, o porto do Rio perdia seu prestígio frente ao porto inaugurado na cidade de Santos, no estado de São Paulo.

Os problemas estruturais como o assoreamento da baía de Guanabara, o fazia limitado para receber navios de grande calado, gerando altos custos alfandegários no transporte das cargas, tornando-o pouco atrativo.

Assim, no início do século XX, foi empreendida uma reforma urbana inspirada nas obras do Prefeito Haussman em Paris, que conformaria a zona portuária com o contorno litorâneo que a delimita, até certo ponto, no presente (Benchimol, 1992).

As características dessa intervenção apontadas por Lenzi e Santos (2005), Turazzi (2016), Guimarães (2014) e Benchimol (1992), demonstram o caráter

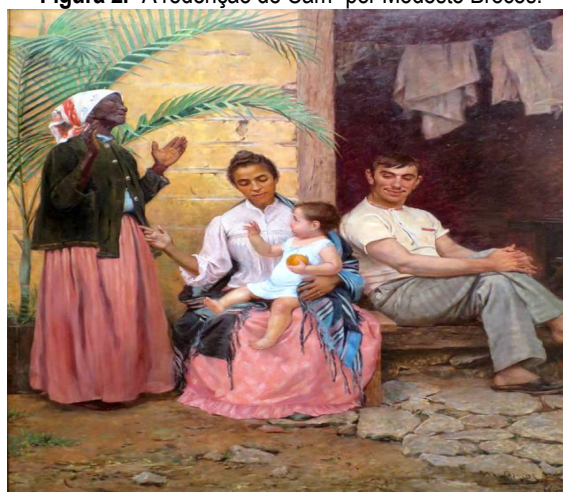
elitista do projeto, que se popularizou como “bota-abaixo”.

Tal denominação decorre da magnitude das transformações urbanas que envolviam a desocupação forçada da população de baixa renda pela demolição de construções de habitações populares, causando o êxodo desses moradores, em sua maioria descendentes de africanos, para as zonas norte e oeste da cidade.

Ademais, soma-se a esse período o momento de maior repressão a manifestações culturais afro-diaspóricas, ou consideradas dissidentes dos valores cultivados pela elite republicana, em um período em que se almejava que o Rio se tornasse “uma Europa possível” (Velloso, 1987).

Nesse mesmo período passou a ser incentivada a vinda de imigrantes europeus, na expectativa de substituição de mão-de-obra em lavouras de café no interior do Brasil, mas, também, enquanto política eugenista com a intenção de branquear a população por meio da miscigenação, teoria que se fortalecia no final do século XIX (Santos, 2008).

**Figura 2. "A redenção de Cam" por Modesto Brocos.**



Fonte: EDUSP (2018).

Até a década de 1940, o porto desempenhava função social de lugar de encontro com fluxo intenso de pessoas, sendo a praça Mauá o seu principal cenário, uma vez que foi idealizada por Pereira Passos como um lugar de articulação entre as avenidas Central e Rodrigues Alves, e, com o tempo, passou a favorecer encontros sociais de moradores, sindicalistas e boêmios que passaram a frequentar e transformar aquele espaço (Turazzi, 2016).

Contudo, as intervenções realizadas na década de 1960 segregaram o espaço urbano e os bairros portuários. A construção de vias suspensas, como a perimetral, aliadas a política rodoviária do período, a industrialização automobilística do país, e as inovações tecnológicas para otimização do porto,

fizeram com que a zona portuária se transformasse em um local sem destaque para as políticas do período (Mello, 2003).

A expansão da cidade, principalmente para a zona sul, provocou a desvalorização da região e êxodo urbano. Junto a isso, a falência de empresas tradicionais como a Fábrica de Café e Chocolates Bhering, construção de instalações no bairro do Caju para estocagem em containers, assim como a ausência de investimento na região fizeram com que, em 1970, seus terrenos estivessem desvalorizados atraindo construtoras interessadas em erguer edifícios garagem para atender a demanda automobilística em pleno desenvolvimento no período.

Em função de acontecimentos como esses, característicos de centros históricos e zonas portuárias, Paes-Luchari (2006) afirma que eles são lugares onde se evidenciam aspectos da trajetória histórica, social e política da sociedade. No Brasil, foi somente na década de 1980, que esses lugares passaram a ser evidenciados, a partir de debates que rompiam as fronteiras nacionais.

Globalmente Huyssen (2000, p. 31) coloca que esse período foi marcado por movimentos sociais que consolidaram o que o autor denominou de uma “cultura da memória”, no qual o Ocidente assumira a tarefa de confrontar-se com as memórias do século XX, “[...] não como uma vida melhor, mas com uma história única de genocídios e destruições em massa, a qual, a priori, barra qualquer tentativa de glorificar o passado.”

Assim, o momento possibilitou uma abertura para um revisionismo sobre o passado-presente por parte da sociedade civil, organizações não governamentais e pesquisadores (Rios, 2020), que voltaram seus olhares para espaços como os centros históricos e as zonas portuárias, como lugares que, pelo seu “esvaziamento” ao longo do século XX, teriam o potencial de rememoração no presente de um passado mais plural e heterogêneo do que as narrativas oficializadas e hegemônicas.

Nessa direção, MacDonald (2009) percebe na década de 90, que as sociedades que haviam passado por regimes políticos repressivos ou reconhecidos por atrocidades, passavam por um processo de tentar falar sobre seus passados difíceis, negociando os acontecimentos com seus múltiplos atores sociais. Para o Brasil, a década de 1980 foi marcada por um momento de ativa participação popular, almejando a retomada de direitos ceifados pelo período de trinta anos de Ditadura Militar.

Parte dessas mobilizações se deram no campo do patrimônio e contribuíram para consolidar uma nova perspectiva sobre a sua noção, que desde a criação do SPHAN em 1937, repousava sobre a égide do “patrimônio histórico e artístico” no qual os bens

edificados eram de maioria hegemônicos ligados a identidade nacional (Chuva, 2017).

Segundo Vassalo e Cicalo (2015), a promulgação da Constituição de 1988, introduziu a ideia de direitos culturais reconhecendo identidades quilombolas e seus territórios, fator que reverbera no âmbito do patrimônio para a necessidade de reconhecimento de um “patrimônio cultural”, ligado a ciência de que a diversidade é parte integrante do patrimônio nacional tanto em sua forma tangível quanto intangível.

No porto do Rio, ainda em 1988, foi decretado o Projeto Sagas – acrônimo dos bairros portuários Saúde, Gamboa e Santo Cristo, como resultado de uma dinâmica local contra intervenções propostas pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. De acordo com Guimarães (2014), a recém-criada Área de Proteção Ambiental, alterou o status de diversos espaços e cerca de 2 mil bens da região. Em sua perspectiva, ao classificar prédios e lugares como ‘históricos’ e ‘culturais’

[...] essa área de proteção demarcou fronteiras de uma nova modalidade de intervenção para a Zona Portuária, indicando quais espaços eram inalienáveis e quais, em contrapartida, poderiam ser transformados ou vendidos.” (Guimarães, 2014, p. 30).

Posteriormente em 2001, um novo plano foi lançado. O Plano do Porto do Rio acentuou as possibilidades de especulação imobiliária, uma vez que se utilizavam de retóricas classificando os espaços portuários

[...] a partir de categorias como ‘vazio’, ‘degradado’ e ‘abandonado’” (Guimarães, 2014, p. 34). Foi, inclusive, na expectativa de andamento desse plano, que se almejou a construção de uma filial latino-americana do Museu Guggenheim no pier Mauá, inviabilizado em 2005, em decorrência da repercussão negativa da proposta na imprensa, pelos arquitetos e a sociedade civil, que consideravam a sua construção inapropriada por não dialogar com a região, argumentando que o projeto teria um “caráter de shopping center” (Guimarães, 2014).

Contudo, em 2009, no bojo da inserção do país e da cidade nos megaeventos, como a Copa do Mundo, de 2014, e os Jogos Olímpicos de Verão, de 2016, um novo plano foi instituído.

A Operação Urbana Consorciada, que deu origem ao projeto Porto Maravilha, previa um nível de intervenção proporcional a do início do século XX, promovendo mudanças estruturais significativas na zona portuária.



Em muitos aspectos, as diretrizes do plano se assemelham a um modelo de intervenção na Grã-Bretanha analisado por Abankina (2013), o qual a autora denominou *evolution development model*, que, em síntese, representa o desenvolvimento do uso turístico potencial utilizando recursos regionais, como localização, patrimônio cultural e o próprio mercado.

No caso exposto pela autora, o interesse no patrimônio cultural elevou os investimentos privados, e por consequência, o fluxo financeiro. Juntamente, a especulação imobiliária consolidou a elevação do custo de vida, que forçou os grupos locais para fora.

Harvey (2005), por sua vez, chama atenção para o crescimento do empreendedorismo urbano nas últimas décadas, que orienta a criação de padrões de investimento em múltiplos aspectos da vida urbana, tais como transportes, saneamento básico, qualidade de vida, entre outros. Nesse sentido, o autor pontua que no âmbito da governança urbana são combinados,

[...] poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmara de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro.” (Harvey, 2005, p. 230).

Assim, nos esforços para execução do projeto estavam organizados o Governo do Estado, a municipalidade, o empresariado, por meio da parceria público-privada instituída, e organizações não governamentais para gestão de alguns equipamentos culturais. Malta (2017) relembra que o período esteve marcado por um intenso *city marketing* em torno das práticas culturais, evocadas em um conjunto de promoções da cidade, tais como Rio Capital Sustentável, Rio Capital do Turismo, Rio Capital da Indústria Criativa e Rio Capital Verde.

Na perspectiva do autor sobre a transformação e patrimonialização da paisagem urbana carioca, a ideia seria a de criar “[...] um modelo de sustentabilidade paisagística como referência para a agenda política e cultural-esportiva da cidade que se tornava sede dos Jogos Olímpicos de 2016.” (Malta, 2017, p. 95).

<sup>3</sup> Segundo uma matéria jornalística de março de 2021, um dos certificados teria sido vendido para o primeiro empreendimento residencial na região, alegando que esses não eram vendidos desde 2015. Até então prédios comerciais tinham sido erguidos, mas contavam somente com 70% de ocupação. O presidente da Cedurp, Gustavo Guerrante, afirmou na ocasião que: “Desde janeiro percebemos o mercado olhando novamente para cá. A negociação

Assim, a intervenção estaria buscando estabelecer um contraste entre o que havia se tornado a imagem de Cidade Maravilhosa consolidada na década de 20, ou seja, uma metrópole desigual e violenta, e uma Cidade Olímpica, de característica moderna, sustentável, patrimonial e revalorizada no âmbito cultural e econômico.

Para Paes-Luchiari (2006), a relação entre turismo, patrimônio cultural e qualidade ambiental se localizam no presente como os principais meios para que novos significados sejam atribuídos a paisagem urbana.

Em termos técnicos, os objetivos do projeto Porto Maravilha envolveram a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e do patrimônio histórico, artístico e cultural da região de forma a gerar um adensamento demográfico de 100 mil habitantes até o ano 2020 (Turazzi, 2016).

Além disso, ele esteve baseado na obtenção de recursos pelo município por meio da emissão de Certificados de Potencial Adicional Construtivo<sup>3</sup> (Cepacs), uma modalidade de licenciamento para a iniciativa privada construir imóveis acima do gabarito até então permitido, que financiariam demais investimentos na região (Turazzi, 2016, p. 154).

Ademais, relacionando-o com projetos em zonas portuárias e centrais no mundo, como apontado por Gravari-Barbas (2017), Paes-Luchiari (2006) e Guimarães (2014), um dos objetivos da intervenção estava, além das obras de preservação e restauro, a construção de novos equipamentos culturais, ligados a um dos braços do projeto, o “Porto Maravilha Cultural”.

Figura 3. Boulevard Olímpico.



Fonte: Elaborado pelas autoras (GOOGLE MY MAPS, 2022).

destes Cepacs depois de tanto tempo é o pontapé para a retomada do Porto Maravilha como a população e os investidores um dia conheceram.”. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/31/rio-ira-receber-primeiro-empreendimento-residencial-da-zona-portuaria-apos-6-anos-sem-venda-de-cepacs.ghtml>

Assim, foi inaugurado o Museu do Amanhã, referenciado como “a âncora cultural do projeto” com arquitetura de Santiago Calatrava, o Museu de Arte do Rio, além de lugares como o AquaRio, e, mais recentemente a StarRio, estando todos eles conectados a partir do território denominado “Boulevard Olímpico”.

O que se evidencia, então, é que a cultura e junto a novos equipamentos, como museus, tornam-se um capital para projetos ancorados na recuperação ou renovação urbana. Ademais, tais intervenções reverberam em novas dinâmicas sociais, pois graças a valorização da região por meio de lugares inseridos a partir de uma ideia de cidade, as forças que operam no espaço a partir de atividades como o turismo, têm como um possível desdobramento a marginalização do local e sua substituição pelo turista, no sentido de que a infraestrutura e políticas públicas passam a ser norteadas também, ou a partir, desse novo ator social (Meneses, 2003).

Harvey (2005) ao analisar os desdobramentos das políticas de intervenção na cidade de Barcelona, também no âmbito dos Jogos Olímpicos de Verão de 1992, chama atenção para os aspectos silenciados do processo, como as resistências e disputas pelo espaço e narrativas a serem estabelecidas. Na Zona Portuária do Rio de Janeiro, o que se impôs ao território no decorrer do século XX, foi o silenciamento da presença afro diaspórica na região, pois somente no contexto das obras realizadas no âmbito do projeto Porto Maravilha, foi possível estabelecer uma narrativa robusta sobre os lugares da zona portuária que representam esse passado de abandono social, expulsão de corpos pretos e ausência do direito a memória.

A Pequena África, como tem sido referenciada no presente pelos articuladores das narrativas a seu respeito, tem coexistido, na perspectiva desse trabalho, com a narrativa oficial de forma a podermos visualizar dois espaços distintos. O Boulevard Olímpico que reafirma o contorno litorâneo firmado no início do século XX, por Pereira Passos, se ancorando em equipamentos culturais como marcos temporais de um modelo de gestão pública, e do outro a Pequena África que em seus lugares rememora os contornos naturais da cidade no século XIX<sup>4</sup>.

Em comparativo ao mapa anterior, abaixo é possível ter uma dimensão de onde alguns dos principais pontos de cada espaço estão dispostos. Em vermelho, da direita para esquerda, estão sinalizados o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio, o mural das etnias, o AquaRio, e a StarRio. Em laranja, na

mesma direção, indicando a Pequena África estão a Pedra do Sal, a Praça dos Estivadores, o Cais do Valongo, e o Instituto Pretos Novos (IPN). Cabe ressaltar que a seleção dos pontos se deu na intenção de estabelecer um quadro representativo das duas regiões, visando a compreensão como se desenha o espaço em termos geográficos.

Assim, outros lugares poderiam ser tomados para compor esse quadro, no entanto, a escolha se apresenta como um reflexo do trabalho de campo, no que se refere a percepção dos fluxos de ocupação dos espaços, em comparação a sua aparição enquanto lugares de maior representatividade nas narrativas oficiais e de referência local.

Nessa perspectiva, estamos de acordo com Paes-Luchiari (2006) sobre a “produção social do espaço”, tanto em centros históricos ou zonas portuárias, que se caracterizam como reflexo das relações sociais históricas e culturais que presenciaram, e de como são rememorados pelos atores no presente.

Figura 4. Boulevard Olímpico e Pequena África.



Fonte: Elaborado pelas autoras (GOOGLE MY MAPS, 2022).

Destarte, como consequência das políticas públicas de intervenções sucessivas na zona portuária, sendo o Porto Maravilha a mais recente, e a junção de contextos sociais favoráveis a discussão de temáticas como os desdobramentos da escravidão para a vida do negro no Brasil, os lugares da Pequena África tornaram-se fundamentais para evidenciar a vivência dessas pessoas a partir do momento em que chegavam na condição de mercadoria.

Cada um desses bens tangíveis e intangíveis, muitos já patrimonializados, que rememoram a trajetória e vida dos africanos que desembarcaram ali, possibilita o questionamento das narrativas

<sup>4</sup> O contorno da zona portuária se alterou significativamente com o passar dos séculos, em função de sucessivos aterros realizados pelo

desenvolvimento comercial da área, e da necessidade de se ter águas mais profundas para ancoragem de navios de grande calado.

estabelecidas oficialmente, envolvendo a noção de cultura, herança e ancestralidade brasileira, contribuindo para tensionar a estrutura social em direção a nova consciência coletiva, que possa reverberar em ações afirmativas e no reconhecimento de uma sociedade heterogênea.

## 2.2 Memórias Subterrâneas e Narrativas de Resistência

O projeto Porto Maravilha abrangeu uma área de aproximadamente 5 milhões de m<sup>2</sup>, que compuseram uma Área de Especial Interesse Urbanístico, envolvendo desde os bairros portuários até o centro da cidade.

Em sua primeira etapa estavam previstas obras de infraestrutura urbana e intervenções no subsolo, dentre as quais destacamos as obras na rua Barão de Tefé, na altura da praça Jornal do Commercio, que se deram de 2009 a 2012 (Lima *et al.*, 2016).

Nessa oportunidade, um grupo de arqueólogos foi recomendado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para monitorar a ação, visando a possibilidade de localizar vestígios dos antigos Cais do Valongo e Cais da Imperatriz.

Considerando a relevância dos sítios, os pesquisadores elaboraram um projeto acadêmico para encontrá-los, tendo como foco o primeiro em função do seu silenciamento (LIMA *et al.*, 2016).

Ainda no decorrer das obras os pesquisadores buscaram articular a sociedade civil organizada em prol do reconhecimento do sítio enquanto espaço simbólico, e seu potencial para mobilizar discussões envolvendo a diáspora africana.

Nesse sentido, o movimento negro, na figura do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, e do Conselho Estadual dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial, foram as entidades responsáveis por mobilizar os demais grupos para possibilidades para salvaguarda do bem (Rios, 2020).

Em 2011, foi redigida a Carta do Valongo e criado, pelo Decreto Municipal nº 34.803, um Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico e Arquitetônico e Museológico, e o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (Rios, 2020). Esse último foi desenvolvido pelo referido Grupo de Trabalho a partir da perspectiva de que cada parte do circuito remeteria a uma dimensão da vida dos africanos e descendentes, sendo eles divididos em três grandes categorias: sítios arqueológicos, sítios históricos e sítios vivos.

Assim, seis lugares foram inventariados como parte do território da Pequena África vinculados à diáspora africana, sendo eles: Cemitério dos Pretos Novos (Instituto Pretos Novos), Cais do Valongo e da Imperatriz, Jardins do Valongo, Largo do Depósito (praça dos Estivadores), Pedra do Sal e o Centro Cultural José Bonifácio, onde em 23 de novembro de 2021, foi inaugurado o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, o MUHCAB. Posteriormente foram incluídos o Centro Cultural Pequena África, o Afoxé Filhos de Gandhi, e as antigas Docas de D. Pedro II, essa última na intenção de se tornar um “espaço referencial da herança africana”, no qual deveria ser criado um memorial (Rios, 2020).

Ainda em 2012, foi recomendado pela Ministra da Cultura Ana de Hollanda e a Ministra da Igualdade Racial Luiza Bairros, a inscrição do sítio arqueológico do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade. Na oportunidade concedida em 2013, durante a reunião estatutária do Conselho Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo da Unesco no Rio de Janeiro, foi fixada uma placa no local, afirmando ser ali um sítio arqueológico reconhecido pela Unesco e um lugar de memória da Rota do Escravo, o primeiro do gênero em todo mundo<sup>5</sup>.

Apoiado por unanimidade na reunião do Comitê Científico Internacional, em 2014, na Cidade do México, foi criado um comitê científico para a elaboração da sua candidatura, formalizada pelo governo brasileiro à Unesco em setembro de 2015. O Cais do Valongo, por sua vez, recebeu a titulação de Patrimônio da Humanidade e sítio de memória sensível pela Unesco, em 2017 (Rios, 2020).

É relevante destacar, contudo, que o achado, ou mesmo a permanência do lugar enquanto um sítio arqueológico, não era um dos objetivos iniciais do projeto de intervenção (LIMA *et al.*, 2016). A sua manutenção como o foi, condiz com uma estratégia política de negociação com a sociedade civil, de forma que, a partir de sua emergência, o território foi integrado discursivamente aos desdobramentos do Porto Maravilha.

Segundo a abordagem sobre territorialidades, Paes-Luchiani (2006), afirma que,

Partindo dos pressupostos que sustentam a abordagem do território, podemos dizer que ele é estabelecido por um recorte político, permeado por estratégias de poder; é delimitado por fronteiras materiais ou simbólicas; é objeto de planejamento ou de uma normatização social, e possui graus de institucionalidade, objetivando uma coesão institucional. ‘A

<sup>5</sup> Durante trabalho de campo realizado na Pequena África no dia 20 de novembro de 2021, foi constatado que a placa havia sido retirada.

Registros em plataformas virtuais apontam a ausência da placa após o dia 17 de outubro de 2021.

territorialidade, por sua vez - como afirma Corrêa (1994:241) -, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas'. (Paes-Luchiari, 2006, p. 50).

Nesse sentido, a organização em torno do território que se firmou como Pequena África foi comprometida ao longo do tempo em decorrência de mudanças no ambiente político-ideológico, conformadas pelo fortalecimento de correntes de pensamento reacionárias, na esfera municipal, estadual e federal. Desde 2016 as instituições responsáveis pela salvaguarda, não somente do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, mas dos demais bens relacionados à diáspora africana da região, foram enfraquecidas e cerceadas.

Um exemplo desse abalo reside no andamento do projeto de criação do memorial, pleito da sociedade civil e um dos compromissos firmados com a Unesco pelo Brasil, que foi motivo de disputa em 2017, visto que o município passou a reivindicar um programa próprio, e a demandar o mesmo espaço previsto para sua instalação. O local, o edifício das antigas Docas de D. Pedro II, localizado em frente ao sítio arqueológico, foi alvo de disputas judiciais, pois estava ocupado pela Organização Não Governamental Ação da Cidadania, que deixou o prédio somente em setembro de 2021.

A ausência de gestão efetiva, somado ao esvaziamento dos investimentos em cultura, cultivaram um silenciamento institucional do território, aspecto potencializado pela pandemia de Sars-Cov2, que impediu o deslocamento de pessoas ao redor do mundo. Todavia, com a mudança da gestão municipal em 2021, e a articulação do Ministério Público Federal para buscar respostas junto às instituições, alguns movimentos têm sido observados na região.

Em maio de 2021, por exemplo, foi feita uma prestação de contas em Audiência Pública na qual foi apresentado o Projeto Executivo do Memorial e Centro de Visitação do prédio das antigas Docas de D. Pedro II. Já desocupado o prédio recebeu o Laboratório de Arqueologia Urbana do Rio de Janeiro, que irá dividir o local com a Fundação Palmares.

Recentemente foi restituído o Comitê Gestor do Cais do Valongo, que havia sido extinto por decreto presidencial no início de 2021, e a aprovação no Senado Federal da titulação de patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro ao Cais do Valongo.

Desse modo, a hipótese que tem se confirmado é que há um conflito de interesses sobre quais narrativas deverão ser trabalhadas nesse memorial. O principal deles reside no papel a ser desempenhado pela Fundação Palmares, que manifestou por diversas

vezes dissonância em relação ao direcionamento inicial do projeto, e, por meio de seus representantes, foram responsáveis por travar uma disputa discursiva na qual descreditaram a sociedade civil e o movimento negro enquadrando-os em categorias como "vitimistas".

Na referida audiência, por exemplo, os representantes se ausentaram antes mesmo de suas falas, deixando a cargo de assistentes uma comunicação indicando a preocupação da fundação em proporcionar espaços para arte e cultura negra, especificando a construção de um auditório, e que o escritório regional ocuparia uma parte do prédio.

Em outubro do mesmo ano deveria ser apresentado um plano do que se pretendia fazer, mas não foi obtida atualização sobre esse pedido do Ministério Público Federal (MPF, 2021). Na ocasião, um dos membros do Cedine, manifestou o seguinte na abertura para comentários ao fim da sessão,

[...] porque o racismo estrutural estabelecidos pelos Governos está aí apresentado nas ações diárias, e apresentadas aqui hoje. Porque nós do Conselho Estadual dos Direitos do Negro, nós da Comissão Pequena África, nós do Conselho Municipal dos Direitos do Negro o Comdedine, que foi numa ação do Comdedine e do Conselho do Cedine que conseguimos estabelecer o tombamento do prédio Docas, e hoje, depois de tanto trabalho, de tantas lutas, tantos anos [inaudível] ali, nós vemos as pessoas falarem, as pessoas se apresentarem, as pessoas colocarem projetos como se nós não existíssemos, como se nós não fizéssemos nada, como se nós não tivéssemos direito a absolutamente nada, e isso é o racismo, [inaudível], eles estão sempre nos invisibilizando [...]. Nós vemos aí o Governos não nos dá o mínimo de respeito, não nos ouviram, e nós estamos mais uma vez num 13 de maio que nós denunciemos, mas a verdade do 13 de maio ta aí ó, é isso que nós falamos. Então aquele espaço ali foram nossos antepassados que "praqui" vieram, foram os nossos antepassados que foram impostos, e que foram escravizados e que ali chegaram.

Assim, as ações mais significativas têm se dado no âmbito da gestão municipal recente, ressaltando que o grupo no poder é o mesmo do período dos Jogos Olímpicos de Verão, responsáveis pelo projeto Porto Maravilha. No mês de novembro de 2021, foi criado o "Novembro Negro", uma iniciativa que promoveu ao longo do mês uma série de atividades relacionadas à cultura afro-brasileira na cidade.

No que tange a Pequena África, foi reinaugurado o MUHCAB, com acervo contendo obras de artistas negros, e tomado como ponto de partida do museu de território, que está em desenvolvimento pela parceria



público-privada firmada com empresas ainda em 2017. Ademais, ações simbólicas ligadas à reparação histórica também foram realizadas, como a nomeação de ruas por personagens negros como Tia Ciata, Milton Santos, Dodô da Portela e a pintora Tia Lúcia.

No encerramento do evento, no dia 30 de novembro, foi lançado o Catálogo de Promoção da Igualdade Racial, com objetivo de “[...] mapear instituições, movimentos, grupos, coletivos e realizadores cariocas que trabalham com as questões raciais.”, o Edital Ações de Combate ao Racismo, e o Círculo do Valongo, esse último na intenção de estabelecer uma rede educativa tendo o cais como centro e três círculos: consultor, executivo e protetor<sup>6</sup>.

Na oportunidade concedida, o Prefeito Eduardo Paes discursou afirmando que, em sua gestão passada, o “processo de revitalização” havia sido muito criticado, pois o projeto teria caráter elitista que corroboraria para “embranquecer a zona portuária” e gentrificar a região, fato que afirmou ter acontecido exatamente de maneira oposta. Em suas palavras, pontuou,

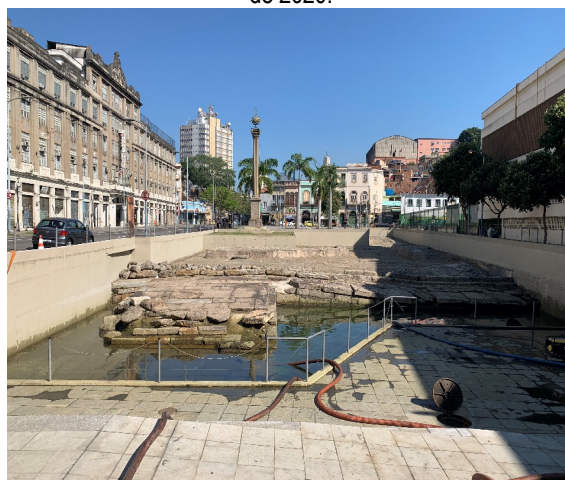
E eu fico muito feliz de a gente poder estar aqui em 2021, onze anos depois que nós iniciamos esse processo de revitalização da região portuária, na verdade doze anos, a gente já iniciou no primeiro mês de mandato esse esforço, esse trabalho. Colocando essa revitalização com as origens da nossa cidade, na pauta da cidade, na agenda da cidade. É muito bom a gente ver que cumprimos com a missão. Para alguns cumprir a missão é encher de prédio só, é só a coisa física, para a gente nunca foi só isso. Claro que a gente quer que tenha muito prédio, claro que a gente quer que tenha muita gente morando, claro que a gente quer que tenha muito emprego, claro que a gente quer que tenha um monte de coisa [...]. Mas tinha uma agenda muito importante desde o início, que era esse encontro da cidade com a sua origem, com a sua história. E ela parte, por suposto, da formação da nossa cidade, do nosso país, parte do povo preto, negro que aqui chegou nessa região, na Pequena África, que se estabeleceu e nessas injustiças todas que a gente vive se iniciaram aqui.

Todavia, o sítio arqueológico aguarda obras de infraestrutura no âmbito municipal desde 2017, quando se estabeleceu uma parceria com o Instituto de

Desenvolvimento e Gestão, para instalação de guarda-corpo, iluminação cênica e painéis interpretativos. As únicas intervenções no sítio se deram em 2018, com verbas destinadas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos para consolidação do sítio.

O outro projeto é financiado pela empresa chinesa State Grid Brazil Holding, mas ainda é necessária licença para início das obras. Ainda em termos de manutenção, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto, por mais de uma vez teve que realizar reparos emergenciais para drenagem do cais, que por problemas nas bombas, alagou por diversas vezes nos últimos anos.

**Figura 5.** Drenagem no sítio arqueológico em 23 de julho de 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assim, pode-se considerar que os aspectos positivos elencados pelo prefeito Eduardo Paes buscam formar um elo entre o passado e o presente, a partir de sua percepção sobre o legado consolidado pela sua política pública.

Nesse sentido, se inicialmente consideramos que a Pequena África não estava como parte dos planos, no presente ela não só está como é parte fundamental para a continuidade da política de empreendedorismo urbano abordada por Harvey (2005).

Apropriando-nos dos termos do autor, esses lugares, junto aos marcos do Boulevard Olímpico são observados a partir da mesma ótica política que os vislumbra como “marcos de distinção e capital simbólico”, para tornar competitiva a imagem da cidade em busca de investimentos em um mundo globalizado.

<sup>6</sup> O círculo consultor é deliberativo, determinando as diretrizes sobre as políticas e ações relativas ao Cais do Valongo e a Pequena África, sendo formado por conselhos do Poder Executivo e entidades da sociedade civil ligadas aos movimentos afros e afro-brasileiros. O círculo executivo tem o objetivo de promover e implementar as deliberações, e é composto por entidades dos poderes executivos

das três esferas de poder público. O círculo protetor, por sua vez, atuará na defesa dos interesses e diretrizes estabelecidas, e na fiscalização das ações dos demais órgãos dos poderes executivos. O grupo é formado por entidades internacionais, pelo Ministério Público Federal e a Coordenadoria Executiva de Promoção da Igualdade Racial.



Assim, ao rememorar o início do projeto Porto Maravilha enfatizando o “encontro da cidade com sua origem, com sua história.”, o prefeito sinaliza para o fato de que do processo de revitalização implementado, a despeito da elitização do espaço configurada no aumento dos preços de imóveis e áreas na região, guarda correspondência com uma narrativa que expressa a “formação da nossa cidade, do nosso país, parte do povo preto, negro que aqui chegou nessa região, na Pequena África, que se estabeleceu e nessas injustiças todas que a gente vive se iniciaram aqui...”.

Pelo exposto, depreende-se que no caso da Pequena África, o reconhecimento de bens enquanto patrimônios foram narrativamente emoldurados sob a valorização da memória de um passado transformado em capital simbólico, inicialmente por grupos da sociedade civil, mas sucessivamente por Instituições com visões distintas sobre esses lugares, e mais recentemente, sob a égide de interesses inerentes ao projeto que reconfigurou a zona portuária, fato que demonstra que cada um desses lugares estão sempre atrelados a uma necessidade de ressonância com os contextos que os abrigam.

Ademais, considerando toda a trajetória apresentada, podemos tomar ambos os espaços enquanto reflexo do processo contraditório que Hall (2013) pontuou sobre as formas contemporâneas da globalização, na qual o local e o global estão interligados.

O Boulevard Olímpico, por exemplo, pode ser analisado enquanto o espaço no qual se busca uma identificação com o global por meio do mercado cultural e a captação de investimentos, contribuindo para seu aspecto “homogêneo”, em termos de sua estruturação para que possa ser comparado competitivamente com outros locais.

A Pequena África, por sua vez, poderia ser compreendida a partir da tentativa de descentralização, que evidencia a heterogeneidade e as diferenças culturais, principalmente a partir do conceito de diáspora afro-brasileira.

### 2.3 Pequena África e o Turismo “Afrocentrado”

Apresentar a configuração dos espaços do Boulevard Olímpico e da Pequena África enquanto resultado de um contexto, que permanece se desenrolando por meio de conflitos e negociações entre diversos grupos é relevante, pois, segundo

Harvey (2005), o fenômeno do turismo tem o potencial de evidenciar essas dinâmicas, e pode ser uma possibilidade de reflexão, uma vez que desde a sua concepção o projeto Porto Maravilha buscava trazer novos fluxos para a zona portuária.

Os equipamentos culturais e a renovada infraestrutura urbana, por exemplo, foram utilizados enquanto palco para os Jogos Olímpicos de 2016. No período, a praça Mauá sediou palco com shows e atrações e telões para que os visitantes acompanhassem as competições, os armazéns de 1 a 6 receberam eventos temáticos, e a tocha Olímpica foi colocada a pouco mais de 1km dali, na recém-inaugurada Orla Conde.

**Figura 6.** Boulevard Olímpico durante os Jogos Olímpicos de Verão em 2016.



Fonte: Agência Globo<sup>7</sup>.

Após o término do referido megaevento, o legado esperado pelos órgãos públicos era de que esse fluxo se mantivesse na região, ainda que em menor escala. Com o passar do tempo foi sendo evidenciado na Pequena África o fortalecimento de um segmento apontado pelo mercado como “turismo afrocentrado”.

Em um evento organizado pelo SEBRAE e o LabTurismo, realizado em formato virtual em maio de 2020, o entendimento compartilhado por empresas do setor sobre o termo era de que esse seria um nicho de mercado parte do segmento de turismo cultural, de experiência e histórico, com recorte étnico ou racial.

Para as empresas, esses aspectos seriam relevantes pois estariam sendo pensadas a partir da valorização da cultura e memória “afro”, contribuindo para a disseminação da história e da cultura local<sup>8</sup>.

Autores como Pinho (2018), por sua vez, tem trabalho com conceitos como turismo diaspórico. A

<sup>7</sup> Na referida matéria é informado que, no período, 4 milhões de pessoas passaram pela praça Mauá. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/durante-os-jogos-boulevard-olimpico-recebeu-cerca-de-4-milhoes-de-visitantes-19968901>

<sup>8</sup> Algumas empresas do mercado, como a Diaspora.black, profissionais do setor como Solange Barbosa, criadora da Rota da Liberdade, e Ernesto Ribeiro da Cria Rumo consultoria, responsável por elaborar o Plano de Turismo Étnico-Afro de Salvador, se destacam enquanto iniciativas com mais tempo no mercado.

autora afirma que essa modalidade seria “[...] um tipo de turismo prioritariamente produzido, consumido e vivenciado por comunidades diaspóricas.” (Pinho, 2018, p. 117). Seu trabalho etnográfico em Salvador, identificou um deslocamento de viajantes afro-americanos para a cidade, motivados pelo encontro com os modos de vida de seus “pares”. Nesse sentido, a autora pontua que,

A memória coletiva dos horrores vividos pelos antepassados - como nos casos paradigmáticos do Holocausto e da escravidão dos africanos e afrodescendentes - constitui-se num elemento primordial dos turismos diaspóricos. Em alguns casos, governos nacionais estrategicamente constroem e mobilizam essas memórias da dor para promover um turismo diaspórico que vise estabelecer aliados nos países centrais. A memória coletiva da dor vivida pelos antepassados pode contribuir para que o turismo diaspórico ganhe o contorno do chamado turismo sombrio (dark tourism), o tipo de turismo caracterizado pela centralidade da experiência da morte, do sofrimento coletivo e do terror. (Pinho, 2018, p. 126).

Pinho (2018) esclarece que, apesar de se aproximar do que o mercado chamaria de “turismo étnico”, esses fluxos caracterizam-se pela experiência in loco do que teria sido perdido por esses grupos, em função da migração forçada dos africanos para as Américas. Tal aspecto também foi identificado na Pequena África, onde relatos de guias da região demonstram o deslocamento de afro-americanos com essa motivação<sup>9</sup>.

Segundo Leite (2005), que busca refletir através da categoria de “turismo de raízes” como prática identitária e diaspórica, esses lugares se tornam pontes para o passado para essa parcela que os visitam.

A autora contextualiza que a vida na diáspora significaria estar permanentemente separado de sua pátria por um deslocamento traumático e em um exílio permanente, apontando que, para esses viajantes, o turismo seria homólogo a experiência de uma peregrinação, no qual o ato de relembrar não é feito passivamente, mas é um ato performativo, onde o visitante se compromete ao engajamento com os outros e com o espaço.

Nessa perspectiva, o turismo seria a via pela qual os participantes encontrariam os meios de ‘retornar’ de alguma forma para esse lugar perdido, alcançado quase inteiramente por um trabalho de imaginação (Leite, 2005, p. 278).

Assim, esses lugares têm se tornado pontos de referência social (Halbwachs, 2001), nos quais indivíduos se voltam para lembrar o passado, que só foi possível de ser contemplado no presente.

Segundo Pollak (1992) acontecimentos traumatizantes fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem ser transmitidos por meio de uma socialização política ou histórica, de forma que ocorra um “[...] fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (Pollak, 1992, p. 201), sendo assim, um elemento constituinte do sentimento de identidade.

Contudo, podemos considerar, nos termos de Macdonald (2009), que esses lugares se enquadram no que autora denominou de *Difficult Heritage*, ou seja, patrimônios difíceis. Eles são operados no espaço como uma denúncia contra o silenciamento e subtração da história oficial dos aspectos relacionados ao tráfico de africanos para as Américas.

Nesse sentido, os vestígios materiais desafiam o esquecimento e funcionam como *mnemonic intrusions*, ou seja, intrusos mneumônicos, constrangendo as narrativas oficiais. Não obstante, as suas existências tensionam os enquadramentos oficiais, responsáveis pela manutenção de uma herança estrutural escravocrata que se reflete, no presente, na forma de violências simbólicas.

Assim, quando retornamos aos desdobramentos ainda sem resoluções objetivas para salvaguarda de um desses lugares, no caso o sítio arqueológico do Cais do Valongo, essas reflexões podem ser associadas a um contexto social, político e ideológico que ainda não possibilita que lugares como esse, ainda que alçado à Patrimônio da Humanidade, seja tomado enquanto um dos símbolos da nação.

O próprio imaginário de que a categoria ocasiona um maior fluxo de pessoas, foi questionada por Richards (2018), ao refletir sobre o turismo cultural e as condições de “Valor Universal Excepcional”, da Unesco, indicando que atributos como autenticidade e integridade são de difícil definição e, de acordo com a organização cultural da sociedade, estão sujeitos a interpretações distintas.

Araújo (2010) e Bruner (1996) estão entre os autores que buscaram compreender o fenômeno a partir dos desdobramentos do programa Rota do Escravo, da Unesco, em países e cidades africanas, refletindo sobre a construção de lugares, monumentos, rotas e narrativas nem sempre coesas das memórias da escravidão e a sua utilização turística.

<sup>9</sup> Recolhidos durante trabalho de campo nos meses de janeiro e fevereiro de 2021.

Araújo (2009) reconhece que parte da memória pública sobre a escravidão no Benin, foi criada para preencher as expectativas de afro-americanos e afro-caribenhos que visitavam a cidade, e que a religião Vudun, foi utilizada como meio de conectar o ocidente africano às diásporas, além de considerar que as narrativas se apresentavam como simplificadas, reforçando as representações de dor e sofrimento dos escravizados, enquanto omitiam, por exemplo, a participação de países africanos no tráfico, principalmente no oriente continental.

Bruner (1996), por sua vez, buscou explorar o crescimento das visitas de afro-americanos nos castelos de Elmina e Cape Coast, em Gana. De sua contribuição, destaca-se a disputa sobre a narrativa a ser contada sobre os mais de 500 anos de existência desses lugares, que são referenciados, quase exclusivamente, por sua ligação com a escravidão. O autor destaca o interesse expressivo pela visita das masmorras do castelo por afro-americanos, e as suas reações emotivas ao presenciar o espaço, sensações essas nem sempre compreendidas e compartilhadas pela população local.

Ademais, na busca por uma África como gênese, Bruner (1996) demonstra que o sentimento de encontro com um semelhante parte somente dos visitantes, pois, por meio da utilização da palavra *obruni* pelos nativos, que significa “homem branco”, e é utilizada para identificar europeus, americanos e asiáticos independentemente da cor de pele, era reforçada a distinção entre eles e os afro-americanos.

Em termos de guiamentos aos lugares da Pequena África, apesar de contar com um circuito decretado em 2011, a relação que se dá com os lugares acontece de forma fluida, tanto no deslocamento, quanto em termos de narrativas a depender do guia que direciona a experiência.

Sendo assim, consideramos que tanto o sítio arqueológico do Cais do Valongo quanto o Instituto Pretos Novos, se enquadram na perspectiva de patrimônios difíceis, como espaços nos quais são articuladas narrativas que mais mobilizam a subjetividade dos agentes participantes nas atividades.

Nas oportunidades concedidas pelos trabalhos de campo as narrativas do guiamento sobre a chegada dos africanos após a travessia, esteve relacionada a ausência do olhar da sociedade para os africanos enquanto pessoas, mas sim como coisas, como peças facilmente substituíveis corroboradas por uma dinâmica intensa de comércio transatlântico no século XIX.

O momento em que a dor se torna mais latente, é o instante no qual o cais é relacionado ao Instituto dos Pretos Novos. Afinal, a chegada como narrada nesse momento simbolizava, senão, dois fins: um

simbólico e outro físico. Para os sobreviventes a objetificação, aos mortos, covas rasas em um cemitério improvisado. A sua inserção na narrativa serve ao seu propósito, como assinalou a guia, “para que fique demarcado na nossa memória, o quão desrespeitoso era o trato com aqueles corpos”, convidando todos nós a sermos propagadores desse passado presente.

**Figura 7.** Grupo de visitantes no Cais do Valongo em julho de 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

**Figura 8.** Grupo de visitantes no IPN em julho de 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assman (2011) chama atenção para a dimensão pedagógica desses locais, que buscam veicular a história como experiência, na qual além do seu valor informativo, espera-se um aumento na intensidade da recordação por meio da contemplação sensorial dos que o visitam.

Algo que MacDonald (2008) apontava como uma das características do turismo, o qual não se deteria somente ao simbólico, mas seria, ainda, uma prática material, na qual o indivíduo não é engajado somente mental ou intelectualmente, mas fisicamente com o espaço.

Assim, além dos passeios promovidos por empresas privadas, instituições como o Instituto dos Pretos Novos (IPN) mantém uma relação direta com o meio educacional, fomentando e direcionando esforços para atrair escolas para participarem de uma imersão na região. Mais recentemente, por exemplo, foi lançada uma cartilha gratuita do IPN em parceria com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, denominada “Pequena África: uma sala de aula a céu aberto”, voltada para educadores da rede privada e pública de ensino.

Essas ações são relevantes visto que dados coletados durante pesquisa de campo, corroboram com a afirmativa de Richards (2009), sobre a maioria dos visitantes desses lugares associados ao “turismo cultural”, serem habitantes do próprio local, pontuando que “[...] mercado interno é de vital importância para a maioria das atrações culturais.” (Richards, 2009, p. 26).

Nesse sentido, os grupos eram compostos de indivíduos que compartilhavam, em certa medida, de um conhecimento prévio sobre a região, ou seja, que possuíam um capital cultural construído a partir de um reconhecimento subjetivo de sua identidade e dos contextos pelas quais ela se conforma.

O que se nota, por fim, é que essa e outras iniciativas, são fundamentais para a manutenção de uma memória sobre a região, contribuindo para a ressignificação de valores e salvaguarda do patrimônio, apesar de aspectos como políticos-ideológicos, em sua maioria, não demonstrarem sinais de apoio, mas sim de um novo silenciamento representado pela ausência nas discussões sobre o futuro.

O turismo, assim percebido, insere-se em uma perspectiva cidadã extrapolando o aspecto econômico da atividade, pois carrega em si a potencialidade de comunicar narrativas que se afastam das hegemônicas, conferindo voz aos silenciados e o direito a memória.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente reflexão, buscamos apresentar os desdobramentos da atividade turística após os dez anos da implementação do projeto Porto Maravilha.

Tomando como referência autores que discorreram sobre a produção social do espaço e políticas de empreendedorismo urbano, sinalizamos que a dinâmica de tais processos estão atreladas a busca por distinção onde os capitais simbólicos ancoram-se em valores que estão permanentemente em negociação.

No caso da Pequena África, a negociação tem recaído sobre o que Assmann (2008) denomina como um desejo do porvir, manifestado em manter parte do

passado ativo na memória, daí o fato do território e os patrimônios ali abrigados serem objeto de intensas disputas.

Nessa arena pública, consideramos que o turismo assume uma função social que o equivale a instrumento sociopolítico, que associado a políticas de empreendedorismo urbano faculta a possibilidade de desconstrução de narrativas hegemônicas, estímulo a representatividade, visibilidade a memórias subalternas e/ou apagadas, promoção de grupos historicamente excluídos e promoção de processos educação em espaços não formais.

As iniciativas que compreendem o turismo diaspórico e as de base pedagógica anteriormente descritas, quando analisadas em diálogo como os usos do patrimônio e do território, permitem pensar o turismo tal como argumenta Richards (2018), ou seja, apoiado em parcerias que sejam baseadas na cultura e menos na exploração econômica desses espaços.

## REFERÊNCIAS

- Abankina, T. (2013). Regional development models using cultural heritage resources. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, vol, 7, n. 1, p. 3-10.
- Araújo, A. L. (2010). Welcome the Diaspora: slave trade heritage tourism and the public memory of slavery. In: *Ethnologies*, vol. 32, nº 2, p. 145-178.
- Araújo, A. L. (2009). Caminhos atlânticos: memória, patrimônio e representações da escravidão na Roda dos Escravos. *Varia história*, Belo Horizonte, vol. 25, n. 41, jan./jun., p. 129-148.
- Assman, A. (2008). Canon and archive. In: ERLI, A. & Nunning, A. *Cultural memory studies*. Berlin, Deut.: Walter de Gruyter GmbH & Co.
- Assman, A. (2011). *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas. Editora da Unicamp.
- Benchimol, J. (1992). *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.
- Bruner, E. (1996). Tourism in Ghana: the representation of slavery and the return of the black diaspora. *American Anthropologist*, n. 98 v. 2, p. 290-304.
- Chuva, M. R. (2017). *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.
- Gravari-Barbas, M. (2017). Arquitectura, museos, turismo: la guerra de las marcas. *Revista de Arquitectura*, n. 20, v. 1, p. 102-114.
- Guimarães, R. (2014). *A Utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro. FGV.



- Hall, S. (2013). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª Ed. Belo Horizonte. Editora UFMG.
- Halbwachs, M. (2001) *Los Marcos Sociales de la memoria*. Barcelona: Antrophos Editorial
- Harvey, D. (2005) *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume.
- Huysen, A. (2000) *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídias*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Leite, N. (2005). *Travels to an ancestral past: on diasporic tourism, embodied memory and Identity*. *Anthropologica*, n. 9, p. 273-302.
- Lenzi, M. & Santos, N. (Orgs.) (2005). *O porto e a cidade: o Rio de Janeiro entre 1565 e 1910*. Rio de Janeiro. Casa da Palavra.
- Lima, T. Sene, G. & Souza, M. (2016). Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.24, n.1, jan.-abr. p. 299-391.
- Macdonald, S. (2009) *Difficult heritage: negotiating the Nazi past in Nuremberg and beyond*. Routledge.
- Macdonald, S. (2008) Memory, materiality and tourism. Em Braasch, B. (Ed.). *Major Concepts in Tourism Research – Memory*, p. 3-11
- Mello, F. (2003) *A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas*. Rio de Janeiro. 2003. Dissertação de mestrado - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 124 p.
- Meneses, U. (2003). Museu, cultura material e cidade: o museu de cidade e a consciência da cidade. In: Santos, A. Kessel, C. & Guimarães, C. (Org.). *Museus & Cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v., p. 255-282.
- Malta, E. (2017). Consumindo Paisagens: Patrimônio Cultural, Turismo e Enobrecimento Urbano no Rio de Janeiro. *Tomo*, n. 31, jul./dez.
- Paes-Luchiar, M. T. (2006). *Centros históricos: mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano*. *Geographia*, ano 7, n. 14.
- Pinho, P. (2018). Turismo diaspóricos: mapeando conceitos e questões. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 30, n. 2, mai./ago, p. 113- 131.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, p. 200-212.
- Richards, G. (2018). Cultural tourism: a review of recent research and trends. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, vol. 36, p. 12-21.
- Richards, G. (2009) Turismo cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, P. & CRUZ, G. *Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. UESC: Bahia, p. 25-48.
- Rios, D. A. (2020) *As antigas Docas de D. Pedro II: trajetória, rememoração, patrimonialização e desdobramentos*. 2020. 205 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Santos, R. (2008). 'Branqueamento' do Brasil. *Fundação Oswaldo Cruz*. v.15, n.1, p.221-224, jan./mar.
- Turazzi, M. I. (2016). *Rio, um porto entre tempos: modos de ser, modos de conhecer*. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo.
- Vassallo, S. & Cicalo, A. (2015). Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun.
- Velloso, M. (1988). *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro. Funarte.

**Agradecimentos:**

Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ);  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Table 1.** CRediT author statement.

Term	Definition	Autor 1	Autor 2
Conceptualization	Ideas; formulation or evolution of overarching research goals and aims	x	X
Methodology	Development or design of methodology; creation of models	x	x
Software	Programming, software development; designing computer programs; implementation of the computer code and supporting algorithms; testing of existing code components	x	
Validation	Verification, whether as a part of the activity or separate, of the overall replication/ reproducibility of results/experiments and other research outputs	x	x
Formal analysis	Application of statistical, mathematical, computational, or other formal techniques to analyze or synthesize study data	x	x
Investigation	Conducting a research and investigation process, specifically performing the experiments, or data/evidence collection	x	
Resources	Provision of study materials, reagents, materials, patients, laboratory samples, animals, instrumentation, computing resources, or other analysis tools	x	x
Data Curation	Management activities to annotate (produce metadata), scrub data and maintain research data (including software code, where it is necessary for interpreting the data itself) for initial use and later reuse	x	x
Writing - Original Draft	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically writing the initial draft (including substantive translation)	x	x
Writing - Review & Editing	Preparation, creation and/or presentation of the published work by those from the original research group, specifically critical review, commentary or revision – including pre- or post-publication stages	x	x
Visualization	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically visualization/ data presentation	x	x
Supervision	Oversight and leadership responsibility for the research activity planning and execution, including mentorship external to the core team	x	x



Term	Definition	Autor 1	Autor 2
Project administration	Management and coordination responsibility for the research activity planning and execution		x
Funding acquisition	Acquisition of the financial support for the project leading to this publication	x	x

**Source:** adapted from Elsevier (2022, s/p), based upon Brand et al. (2015).

---

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 06.01.2022; Revisado / Revised / Revisado: 20.04.2022 – 16.06.2022; Aprovado / Approved / Aprobado: 01.07.2022; Publicado / Published / Publicado: 20.07.2022.

Revisada às cegas por pares / Double-blind peer reviewed / Revisado por pares ciegos.